



PRIMEIRO
MINISTRO

**DISCURSO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
KAY RALA XANANA GUSMÃO
POR OCASIÃO DO V FÓRUM SOBRE DEMOCRACIA EM BALI**

“Avançando com os princípios democráticos a nível global”

Bali
8 de Novembro de 2012



Palácio do Governo,
Avenida Presidente Nicolau Lobato,
Dili, Timor-Leste

Sua Excelência Presidente da Republica da Indonésia, Dr. Susilo Bambang Yudhoyono

Suas Excelências, Co-Chairs
Sua Majestade,
Suas Excelências, Chefes de Estado e de Governo

Suas Excelências Chefes de Delegações
Senhoras e Senhores,

É com muita satisfação que participo, pelo quinto ano consecutivo, neste importante encontro anual, que conta, a cada ano, com uma participação mais alargada, reflexo da importância da nossa agenda comum de Paz e Democracia, tema central do Bali Democracy Forum.

Mais uma vez, não posso deixar de congratular o meu caro amigo e Presidente da Indonésia, Dr. Susilo Yudhoyono, pela sua iniciativa em inaugurar este Fórum em Dezembro de 2008 e, desde daí, pela sua dedicação constante em imprimir a este evento o dinamismo e a liderança necessários para reunir de uma forma inclusiva os países não só da região, mas também a uma escala global, em torno de um projecto de dignidade, democracia e desenvolvimento.

Este é o verdadeiro espírito do século asiático e que começa, aqui mesmo, através desta grande Nação que é a Indonésia.

A Indonésia não é apenas a terceira maior democracia do mundo, é também um exemplo de pluralismo e tolerância.

A Indonésia inspira-nos a procurar um modelo de desenvolvimento sustentável que não aliene as aspirações do seu povo e que não descure a importância das relações de cooperação e amizade com os outros países da região.

Enquanto potência emergente, a Indonésia protagonizou a sua própria dinâmica de mudança e de liderança, fundamental para a região do sudeste asiático onde Timor-Leste se insere. No seu contexto muito próprio de respeito pelos costumes e tradições, tem vindo a distinguir-se por transformações significativas que permitiram o desenvolvimento da economia e a promoção da paz e da estabilidade nacional.

Senhoras e senhores,

Não podemos reunir-nos este ano, nesta ilha, sem recordar o infeliz episódio que há dez anos afectou dramaticamente Bali. Os atentados terroristas, de 12 de Outubro, tiveram um impacto profundo não apenas na Indonésia e nos países da região – por ter trazido até nós a crueza da violência indiscriminada – mas também em todos aqueles países cujos cidadãos foram afectados pelos ataques.

Dez anos depois, Bali continua a ser um destino turístico privilegiado e o sítio ideal para a realização de eventos internacionais, não só pela riqueza do seu património natural e cultural mas também, e sobretudo, pela força motora do seu povo que tem vindo a surpreender o mundo com demonstrações de coragem e compaixão, resistindo às mais terríveis contrariedades.

Continuamos a condenar veementemente os ataques terroristas que têm vitimado milhares de pessoas, em todo o mundo, que constituem uma ameaça sem rosto e sem hora marcada, que provoca o medo e a desconfiança generalizada, restringindo liberdades e a própria dignidade humana.

Estes ataques representam, em última instância, a tentativa de destruir as tradições de tolerância religiosa e liberdade cultural, sendo que a conotação pejorativa que muitas vezes se atribui ao islamismo, deverá ser eficazmente renunciada.

Com efeito, é evidente a contribuição fundamental que a comunidade muçulmana tem dado para o desenvolvimento da própria humanidade, convivendo de forma salutar com outras religiões e partilhando os seus conhecimentos e sabedoria de forma aberta e construtiva.

A Indonésia, que é o país com a maior comunidade muçulmana do mundo, tem sido um exemplo singular desta realidade.

Senhoras e senhores,

O mundo enfrenta graves problemas e está a resvalar para um descontrolo cada vez mais eminente.

Cerca de mil e quinhentos milhões de pessoas espalhadas pelo mundo vivem em áreas afectadas por fragilidade, crime organizado ou conflitos.

Em algumas regiões, multidões de pessoas expressam-se em desespero, vítimas de autocracias, de intolerância e de violações dos seus direitos essenciais.

Por outro lado, os europeus manifestam a sua incerteza sobre o dia de amanhã, num cenário de crescente desemprego, de crise económica e do Estado social que assiste ao recuo de alguns direitos democráticos.

Noutros países do mundo, os pobres de sempre, continuam a viver na miséria, sobrevivendo à fome que perdura, enquanto recipientes permanentes da ajuda humanitária caritativa de resposta às secas ou chuvas torrenciais.

Noutros ainda, assistimos a catástrofes naturais devastadoras, que ceifam vidas e provocam danos materiais incalculáveis.

Na região do Pacífico, por exemplo, a própria sobrevivência natural, de alguns países, como ilhas-Estado que são, correm sérios riscos. Assim como as paradisíacas Maldivas no Oceano Índico.

A insegurança alimentar aparece também como consequência das alterações climáticas, exigindo uma estratégia inadiável e abrangente.

Por todas estas razões, dar resposta às situações de fragilidade que se multiplicam no mundo em que vivemos, deve ser o principal desafio das democracias actuais.

Neste sentido, a democracia como tal – com os seus princípios e ideais universais - continua a ser um porto seguro, um necessário ponto de partida, com vista a ultrapassar os desafios que se colocam à humanidade.

Este Fórum que reúne países que alcançaram, e que praticam, a democracia, por vezes de forma bastante diferente, poderá contribuir para responder a estes desafios.

Senhoras e senhores,

Como temos vindo a discutir no Bali Democracy Forum, ao longo destes anos, a democracia não pode ser imposta, fazendo tábua rasa de todo o contexto histórico, cultural e económico de um país. A democracia é um processo que tem que ser cuidado continuamente, respeitando os *timings* e as formas intrínsecas a cada sociedade.

O diálogo é a essência da democracia. O diálogo permite-nos avançar enquanto Comunidade das Nações, enquanto Nação, enquanto Povo, enquanto cidadãos.

Retirar a componente de diálogo, retirar as fases e processos subjacentes ao próprio conceito de democracia, é negar-lhe substância e perder a esperança na humanidade.

Observamos, portanto, com dificuldade, que não há um maior esforço por parte dos líderes mundiais em substituir a intransigência de posições por mecanismos de diálogo na procura de soluções para os problemas económicos, ambientais e de segurança internacional.

Também não podemos aceitar ser ludibriados quando os nobres ideais democráticos, usados levemente, servem para dar argumento à dominância dos interesses políticos e económicos, encapsulados em interesses sociais e humanitários.

É neste sentido que, ao fazer uso deste Fórum para discutir questões transversais como a promoção da paz, da segurança e da estabilidade internacionais, a par da promoção dos direitos humanos, da boa governação e do combate à pobreza, estamos a promover a democracia e a torná-la num instrumento útil de conversão das nossas sociedades.

Excelências
Senhoras e senhores,

O Povo de Timor-Leste tem vivido intensamente as várias *nuances* do processo democrático, com os seus triunfos inerentes mas, também, com alguns retrocessos.

Nesta existência ainda curta, como Estado, cometemos vários erros e vivemos períodos cíclicos de instabilidade. Mas enquanto aprendizes da verdadeira vivência democrática, temos procurado aprender com os erros e temos vindo a afastar-nos das difíceis circunstâncias que sempre envolvem um país pós-conflito ou, mais exactamente, um país com um passado recente de conflito e violências.

Já durante este ano de 2012, vivendo num franco clima de paz e estabilidade, tiveram lugar 2 rondas de eleições presidenciais, ocorridas em Março e Abril, que foram consideradas livres e justas pela comunidade internacional.

No passado dia 7 de Julho, o Povo timorense voltou novamente às urnas e a 30 do mesmo mês, o novo Parlamento tomou posse.

Do resultado dessas eleições, 3 partidos foram chamados para assegurar a governação de Timor-Leste, para o período de 2012-2017. O novo Governo Constitucional foi investido com a missão de prosseguir com a consolidação das instituições fundamentais de uma Nação pacífica e democrática e garantir a continuação do crescimento da nossa economia.

Hoje enfrentamos uma nova fase na história de Timor-Leste em que assumimos, em exclusivo, as rédeas do nosso destino. Até ao final do ano iremos prosseguir com a retirada da UNMIT (Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste) e das ISF (Forças Internacionais de Estabilização), dando-se fim às operações de paz em Timor-Leste.

Não podíamos estar mais agradecidos pela solidariedade e prontidão de quatro países amigos, a Austrália, a Nova Zelândia, a Malásia e Portugal, que não hesitaram em enviar as suas forças militares e de segurança para Timor-Leste nos momentos em que atravessámos maiores dificuldades. Também à comunidade internacional através do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para congratular a Primeira-Ministra Julia Gillard pelo assento da Austrália como membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas, esperando que isto não só traga o “sotaque australiano” a esta importante organização como também o “sabor” da Ásia e do Pacífico.

No passado mês de Setembro, defendi na Assembleia Geral das Nações Unidas a necessidade da reforma do Conselho de Segurança para que este seja mais representativo, permitindo resoluções mais democráticas.

Estamos, mais do que nunca, preparados para continuar a assegurar a liderança do processo de desenvolvimento nacional, através da implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030.

Iremos, para tal, continuar a investir no desenvolvimento do capital social, com vista a qualificar e valorizar os timorenses, maximizando a qualidade e o acesso à saúde, à educação, à formação profissional, à informação, à justiça social e à cultura.

Iremos investir em infra-estruturas básicas e desenvolver o sector económico com vista à criação do emprego, apostando nas nossas potencialidades e incentivando o sector privado, tanto nacional como estrangeiro.

Hoje, temos um plano, uma visão, um objectivo – transformar o nosso país, de rendimento baixo em um país de rendimento médio-alto em 2030, numa Nação próspera e segura, com uma população saudável e instruída e com emprego qualificado para todos.

Excelências
Senhoras e senhores,

Numa altura em que assistimos à passagem do peso económico e estratégico global para a região asiática que, apesar dos persistentes desafios globais, tem sido, e continuará a ser, o colosso do crescimento económico mundial, cabe a Timor-Leste aproveitar o facto de se inserir nesta região promissora.

Efectivamente, estamos a assistir a um imparável crescimento no leste da Ásia e estima-se que as maiores economias do mundo estarão na nossa região – entre elas, a China, a República da Coreia, a Índia, a Indonésia, sem esquecer a perseverança do Japão.

Prevê-se que este crescimento, nos próximos anos, permita retirar milhões de pessoas da pobreza nesta região.

Por outro lado, considerando também uma possível mudança estratégica de tomada de decisões políticas, económicas e, até mesmo, de defesa e segurança, para este quadrante do mundo, é agora mais importante do que nunca construir a confiança, o diálogo e os laços de cooperação entre os nossos países.

Esta agenda não pode descurar o desenvolvimento dos países mais pequenos e pobres, para que também estes possam beneficiar destes progressos, contribuindo assim para a estabilidade regional.

Timor-Leste está no processo de adesão à Associação das Nações do Sudeste Asiático, com os seus desafios e oportunidades. A ser aceite a nossa adesão plena na ASEAN, faremos parte desta transição geopolítica global e poderemos participar mais activamente na agenda estratégica de desenvolvimento regional.

Por outro lado, Timor-Leste quer aproveitar as oportunidades do século asiático e o consequente aumento da procura na região, pelo desenvolvimento das nossas indústrias, das nossas pescas e agricultura, pela expansão dos nossos mercados, e desenvolvimento do nosso turismo.

O combate à pobreza no nosso país é uma prioridade premente. Partilhamos este desafio com mais de um bilião de habitantes no mundo.

A curto prazo, até 2015, Timor-Leste não cumprirá os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio e cerca de 20% da população mundial continuará a viver em condições de extrema pobreza.

Temos, por isso mesmo, apostado, de forma cada vez mais activa, na participação em organizações regionais e internacionais, contribuindo, com a nossa experiência, para o debate em torno de soluções construtivas de construção de paz e desenvolvimento.

Por esta razão, sentimos um misto de orgulho e responsabilidade no facto da nossa ministra das Finanças, Emília Pires, ter sido escolhida para fazer parte do Painel de Alto Nível das Nações Unidas, que irá delinear a agenda pós-2015.

Acreditamos que os progressos que temos vindo a alcançar nestes últimos anos, de consolidação da paz e estabilidade acompanhado de um franco crescimento económico, torna-nos mais aptos a contribuir para este desígnio.

A nossa actuação empenhada na liderança do “g7+” espelha igualmente a nossa força intrínseca e o entusiasmo perante a perspectiva de desenvolvimento sustentável para a nossa Nação, enquanto parte de um movimento mais alargado de alavancagem de todos os Estados frágeis que enfrentam inúmeros obstáculos mas que, sustentados em valores democráticos, sabem que poderão contornar o ardil da pobreza e da instabilidade.

É, também, por esta razão que estamos a defender o *New Deal*, que pretende garantir que a assistência internacional seja mais bem coordenada pelos países recipientes e por estes liderada, a fim de que possa realmente criar impacto junto dos mais necessitados e melhor corresponder às verdadeiras necessidades das populações beneficiárias.

Através do *New Deal* há uma nova esperança no desenvolvimento sustentável dos países frágeis e no exercício prático dos valores democráticos.

Durante a próxima semana, irei participar no Retiro Ministerial do ‘g7 +’ que terá lugar em Porto Príncipe. O Haiti tem sido particularmente afectado pelo efeito devastador dos últimos desastres naturais que assolaram a região da América Central e do Caribe.

Se as repercussões do terramoto de Janeiro de 2010 ainda estão bem presentes no quotidiano dos haitianos, apesar da grande ajuda humanitária, a passagem recente do

furacão Sandy teve novamente um efeito devastador no país, com implicações directas e nefastas nas infra-estruturas, habitação, saúde e segurança alimentar das famílias haitianas.

A visita ao Haiti pretende também expressar a profunda simpatia e amizade do povo timorense com o povo haitiano que tem mostrado recursos de sobrevivência extraordinários perante estas diferentes catástrofes.

Este é o sentimento comum de solidariedade e apoio mútuo que se vive no seio do 'g7+' e o verdadeiro espírito democrático.

Excelências
Senhoras e senhores,

Para além de um recente clima de instabilidades regionais, as ameaças ambientais continuam a aumentar dificultando as perspectivas legítimas de países emergentes e em vias de desenvolvimento, no que diz respeito ao uso dos seus recursos naturais.

O impacto destrutivo do furacão Sandy nos Estados Unidos da América demonstra exactamente como também os países desenvolvidos são afectados pelos desastres naturais. Se a nossa consternação e solidariedade está com o povo americano, sabemos que dependerá igualmente dele uma mudança significativa na resposta aos problemas ambientais.

A verdade é que as economias desenvolvidas não podem mais ignorar a sua responsabilidade na degradação ambiental, quando também as suas sociedades estão a sofrer muito visivelmente o impacto trágico desta mesma degradação.

Aproveitando a oportunidade para congratular o Presidente Barack Obama pela sua notável reeleição, assim como para elogiar o povo americano pelo seu inabalável compromisso democrático, confiamos que esta questão premente será um pilar fundamental na agenda governamental deste novo mandato, estimulando outros países desenvolvidos a dar uma atenção especial ao tema.

Os Estados Unidos da América são uma grande democracia que inspirou muitos países do mundo inteiro. Sabemos que irão ultrapassar esta tragédia com grande dignidade e com uma energia reforçada para instituir novos mecanismos de prevenção e apoio às crises desta natureza.

Nestas e noutras crises humanitárias a intervenção dos países desenvolvidos, como o seu manancial de experiência, tecnologia e recursos humanos e financeiros, é fundamental.

Na universalidade do espírito democrático a visão de progresso pertence a todos os povos e não apenas àqueles que têm mais recursos para ultrapassar as crises. Também a pobreza e a instabilidade não são pertença exclusiva dos países que a

vivenciam porque as suas consequências ameaçam os seus vizinhos mais próximos e a região em que vivem, com reflexos em todo o mundo.

É por isso, senhoras e senhores, que num cenário de desafios que não conhecem fronteiras, a resposta também não pode deixar de ser global.

O diálogo entre os líderes mundiais e a concertação permanente na procura de soluções integradas para a preservação dos nossos povos deveria apostar numa renovada capacidade de adaptação e numa mudança de mentalidades.

Frente à imprevisibilidade dos dias de hoje, a democracia é o que nos permite ultrapassar a rigidez das decisões unilaterais e encontrar respostas conjuntas, articuladas e criativas para os desafios que juntos enfrentamos.

Muito obrigado!

Kay Rala Xanana Gusmão
8 de Novembro de 2012